

Centro Paula Souza
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ETEC SAPOPEMBA
Ensino Médio com Habilitação Técnica em Administração

A PRIVATIZAÇÃO DAS EMPRESAS PÚBLICAS: CASO SABESP

Implicações Sociais e Consequências sobre a População

Carlos Vinicius Campezzate

João Victor Pimenta Dos Santos

Lucas Pereira Da Silva

Lucas Vasconcelos Ribeiro De Brito

Luis Henrique Rodrigues Xavier

Resumo: Este estudo aborda a relevância crescente da privatização de empresas, com ênfase na Sabesp em São Paulo, respaldada pelo Governo Estadual. A pesquisa concentra-se na interseção entre privatização e logística administrativa, especificamente no tratamento e distribuição de água, com viabilidade fundamentada na diversidade de informações para informar a população paulistana sobre os reais impactos. Destacando casos reais de serviços privatizados, proporcionando uma visão aprofundada. O estudo visa oferecer uma compreensão abrangente das implicações socioeconômicas da privatização, esclarecendo ambiguidades, e analisar como a privatização impacta diretamente a vida daqueles dependentes dos serviços da Sabesp.

Palavras-chave: Privatização, SABESP, Governo Estadual de São Paulo, Distribuição de Água, Impacto Socioeconômico, Opinião Pública, Serviços Públicos.

* Técnico em Administração, na Etec de Sapopemba - carlos.campezzate@etec.sp.gov.br

** Técnico em Administração, na Etec de Sapopemba - joao.santos1577@etec.sp.gov.br

*** Técnico em Administração, na Etec de Sapopemba - lucas.silva3733@etec.sp.gov.br

**** Técnico em Administração, na Etec de Sapopemba - lucas.brito105@etec.sp.gov.br

***** Técnico em Administração, na Etec de Sapopemba - luis.xavier2@etec.sp.gov.br

1. INTRODUÇÃO

O cenário da privatização de empresas tem ganhado notável destaque em debates contemporâneos, especialmente impulsionado pelo atual apoio do Governo Estadual de São Paulo, que defende os ganhos que tal medida traria para a sociedade e a economia. Esse tópico interage com a logística administrativa, uma vez que abrange o planejamento, execução e distribuição de produtos, como exemplificado no tratamento e distribuição de água. Com isso, o estudo encontra viabilidade na variedade de informações e casos similares que podem informar a população paulista sobre a real eficácia da privatização.

Na esfera das hipóteses, o estudo pretende explorar os efeitos da privatização de empresas estatais, com foco na análise de benefícios e malefícios. Sob essa perspectiva, a decisão do governo de 2023 de privatizar, devido a aprovação de investidores estrangeiros, contrasta com as preocupações quanto à deterioração da qualidade do serviço e aumento dos custos para os consumidores. Enquanto pesquisas apontam apoio à privatização entre os brasileiros, a população paulista demonstra divisões, o que reforça a necessidade de divulgação desses pontos de vista por meio de diferentes plataformas.

Embora a população frequentemente se oponha à privatização com base em exemplos de serviços deteriorados após transferências de controle, a falta de informações detalhadas é evidente. Nesse sentido, o estudo visa preencher essa lacuna de conhecimento político, lançando luz sobre as complexidades socioeconômicas da privatização, a fim de prover informações aos leitores sobre as mudanças em andamento.

Aliado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6 - Água Potável e Saneamento, que visa a garantia e disponibilidade e a gestão sustentável da água potável para todos. Os objetivos do estudo em termos gerais, almejam analisar como a privatização de empresas públicas afetam a vida da população que depende de seus serviços, como é o caso da distribuição de água. Para tanto, o estudo visa identificar os prós e contras desse processo, bem como compreender os riscos e retornos associados à remoção do controle público de uma empresa e avaliar como o serviço pode evoluir nas mãos de entidades privadas.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram realizadas pesquisas através de fontes indiretas como estatísticas, imagens e gráficos que dão ênfase a pesquisa. Outros dados foram obtidos através de pesquisas que observaram a opinião da população e de especialistas no assunto.

O estudo também explora os impactos econômicos da privatização, considera casos de sucesso e fracasso, examina o encaixe da Sabesp nesse contexto e analisa os efeitos da privatização de monopólios.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA SABESP

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, conhecida como SABESP, é uma empresa estatal responsável pela prestação de serviços de água e saneamento no Estado de São Paulo, Brasil. Fundada em 29 de junho de 1973, a SABESP é uma das maiores empresas de saneamento do país e desempenha um papel fundamental na garantia do acesso da população paulista a água de qualidade e na gestão do saneamento básico na região.

A missão da SABESP é prestar serviços de saneamento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente, visando assegurar o abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, bem como a gestão de resíduos sólidos, de forma a promover a qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente.

A empresa opera uma extensa rede de distribuição de água e sistemas de tratamento de esgoto em diversas cidades do Estado de São Paulo, atendendo a 28 milhões de habitantes. Além disso, a SABESP desempenha um papel ativo na promoção de práticas sustentáveis e na conscientização ambiental, buscando contribuir para a preservação dos recursos hídricos e a promoção do desenvolvimento sustentável na região.

O primeiro município a ser operado pela companhia, no interior do Estado, foi Botucatu, em 1974, e, logo em seguida, Águas da Prata. Nos primeiros anos, a empresa chegou a receber a adesão de uma média de oito cidades por mês, alcançando rapidamente o patamar de centena de municípios operados e conseguindo diminuir, cada vez mais, o índice de mortalidade infantil, principalmente na cidade de São Paulo que registrou em outubro de 2016 a menor taxa da história - 10,7 óbitos para cada cem mil nascimentos.

Entre as conquistas que marcaram a história da Sabesp na década de 70, estão as implantações do Sistema Cantareira, responsável pelo abastecimento de parcela significativa da Região Metropolitana de São Paulo, e, nos anos seguintes, dos sistemas integrados de distribuição de água e de coleta de esgotos.

Em 1994, a companhia tornou-se uma empresa de economia mista com capital aberto, tendo o Governo do Estado como seu único acionista. Em 1995, uma nova era se iniciou na Sabesp e uma revolução administrativa foi implantada: instituiu-se a

descentralização administrativa com a criação das unidades de negócio conforme as bacias hidrográficas, dando poder de decisão às áreas de ponta da companhia.

Atualmente os números da Sabesp impressionam. O tratamento dos esgotos coletados passou de 29% (1995) para 78%, a coleta de esgoto de 70% para 86%, e o atendimento com água saltou de 96% para 100%. Essas conquistas só foram possíveis graças aos investimentos feitos pela companhia que, no final da década de 90 e início do século XXI variavam entre R\$ 700 mil e R\$ 1,3 bilhão e no ano de 2015 chegaram ao patamar dos 3,4 bilhões.

Esses investimentos foram fundamentais para a empresa enfrentar a pior crise hídrica do sudeste brasileiro, ocorrida em 2014-2015, garantindo o abastecimento dos 20 milhões de consumidores da Região Metropolitana de São Paulo. Tais fatores permitiram que a companhia se tornasse o que é hoje - uma empresa marcada por grandes obras de segurança hídrica e tecnologias de ponta, que prioriza a prestação de serviços com qualidade e o respeito ao cliente.

Nos últimos anos, a SABESP tem estado no centro de debates e discussões sobre a possível privatização de seus serviços. O governo estadual tem considerado a privatização como uma alternativa para melhorar a eficiência na gestão e atrair investimentos para o setor de saneamento.

Portanto, compreender o papel e a importância da SABESP na prestação de serviços de água e saneamento é essencial para analisar os impactos potenciais da privatização nessa empresa e na vida da população de São Paulo.

3. PROJETO DE PRIVATIZAÇÃO DA SABESP

Nos últimos anos, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) tem sido alvo de debates e discussões acaloradas sobre a possível privatização dos seus serviços. Esta sessão examinara a atual situação da privatização da SABESP, destacando eventos, debates e questões-chaves que cercam esse processo.

Em um curto período após as eleições, o Governador eleito, Tarcísio de Freitas (Republicanos) declarou que pretendia privatizar a SABESP, a EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia além de rodovias e o Porto de Santos.

“Vamos vender a Emae primeiro. Enquanto isso, a gente vai trabalhando naquela que vai ser a grande privatização do estado de São Paulo, que é a SABESP”, defendeu.

“Pessoal atacava muito na campanha, dizendo que a conta de água ia aumentar. Mentira, vai diminuir. Porque, primeiro, a empresa vai ser tornar mais eficiente.

E é importante privatizar a SABESP porque, quando a gente compara o custo da SABESP com o custo regulatório, vai ver que o custo SABESP é 20% maior que o regulatório e significa que a empresa está perdendo valor ao longo do tempo. O custo por ligação é maior do que para a iniciativa privada, o custo por pessoal é maior do que para a iniciativa privada. Então, faz sentido dar esse passo”, disse o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) durante um evento realizado na B3 – A Bolsa do Brasil (G1 SP e TV Globo – São Paulo, 2023)

Após as inúmeras propostas e anúncios de uma possível privatização da companhia, funcionários, representantes de sindicatos e outros organizaram manifestações e greves contra as propostas do Governo Estadual. Como os atos de agosto onde Metrô, CPTM e SABESP formaram uma única manifestação contra os projetos do Governo.

O Governo de São Paulo vem se mantendo firme em seu plano de privatizações. Investindo segundo matéria publicada no G1 em 05 de outubro cerca de R\$ 45 milhões por um estudo realizado pela Corporação Financeira Internacional, um braço do Banco Mundial. Esse estudo recomenda que seja vendida uma parcela de suas ações da SABESP para investidores do mercado de saneamento. O estudo cita pontos como metas de fornecimento de água e coleta de esgoto a áreas rurais e favelas, redução nas tarifas. Mas não cita por quanto tempo as tarifas podem ser reduzidas sem afetar o valor da empresa e nem quanto dinheiro será gasto no processo de privatização.

“Você pode ter ganhos operacionais significativos não tendo todas as restrições que uma empresa de economia mista tem, seja na sua política de recursos humanos, seja no ritmo de automação, seja na velocidade que você pode, por exemplo, reduzir as perdas para trazer para padrões internacionais”, apontou o economista e ex-presidente da SABESP Gesner Oliveira (G1 SP e TV Globo – São Paulo, 2023)

A consideração da privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) envolve uma série de motivações e argumentos que refletem o debate em torno desse processo. Exploraremos as principais razões por trás da consideração da privatização, incluindo argumentos relacionados à eficiência na gestão, atração de investidores e o papel do governo na prestação de serviços públicos.

A privatização é frequentemente vista com uma maneira de atrair investimentos significativos para o setor. O Governo de São Paulo diz que a execução do projeto irá permitir o aumento de investimentos na companhia em modernização, antecipar a universalização do acesso ao saneamento para 2029. Expandindo o plano de investimentos de R\$ 56 milhões para R\$ 66 milhões, expandindo o atendimento a mais 10 milhões de pessoas em áreas vulneráveis.

A Companhia não será vendida completamente por parte do Governo que hoje detêm 50,3% da companhia. A ideia é reduzir a participação acionária e renunciar ao controle da empresa, diluindo suas ações até ficar com algo entre 15% e 30%.

“O estado se mantém na SABESP numa posição relevante. O estado continua sendo um dos principais acionistas da empresa. O que nós estamos fazendo

nessa operação é trazendo sócios para dentro, que vão injetar capital”, disse o Governador em uma entrevista (Folha de São Paulo – São Paulo, 2023)

Mesmo após a sua venda, o governo terá direito a “golden share”, ação preferencial que dá poder de veto à administração pública em decisões específicas. O mecanismo foi inserido no projeto de lei e vai valer para que o Governo possa vetar mudanças como o nome da companhia, no objeto social e na sede da empresa.

4. ARGUMENTOS A FAVOR DA PRIVATIZAÇÃO

A privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) envolve uma série de argumentações que representam uma posição favorável ao processo de privatização da estatal. Argumentos formados por diferentes partes interessadas, incluindo o Governo Estadual, partidários da privatização e grupos empresariais.

O modelo proposto pelo governo paulista prevê que sejam investidos R\$ 66 bilhões até 2029, 10 bilhões a mais em relação ao atual plano de investimentos da empresa. Além de universalizar o saneamento em 2029 – 4 anos antes do previsto. Os investimentos incluem obras de dessalinização de água, apontes na despoluição dos rios Tietê e Pinheiros, e intervenções em mudanças climáticas.

5. PRIVATIZAÇÃO DAS ÁGUAS DO CHILE

O processo de privatização das águas no Chile tem sua origem na ditadura de Augusto Pinochet, onde ele iniciou o processo de livre comércio, proporcionando a comercialização de bens comuns que permaneceram mesmo após o fim do regime.

O que fez o ex-presidente Eduardo Frei Ruiz Tagle, privatizar o saneamento básico e o Ricardo Lagos Escobar terminar o projeto. Em 1951, o 1º código de Águas, tornava possível aquisição deste serviço e, uma vez adquirido, as águas passam a ser propriedade privada. Em 1979, houve o decreto de lei N°2.603, onde seu primeiro artigo fala que as águas são um bem comum, mas também um bem econômico, como um imóvel, dividindo a propriedade da água do domínio da terra, exigindo do Estado as concessões dos direitos de aproveitamento da água a setores privados, de maneira gratuita e perpétua. Desta forma, não precisava mais pagar impostos por isso, o que fez essas empresas privadas ganharem mais e perpetuando a desigualdade no Chile.

E o resultado disso? Fez com que o Chile se tornasse o primeiro país do mundo a ter 100% de sua água do mar privatizada. E sua água doce utilizadas por empresas de madeiras, mineradoras, monocultivos e empresas de saneamento básico. O problema é que essas empresas são protegidas pela constituição herdada da

ditadura. O que faz com que essas indústrias mantivessem uma superexploração dos rios e lagos, causam poluição e escassez de água potável afetando milhares de pessoas. Em 2020, existem cerca de 47 mil famílias em situação de vulnerabilidade em termos de moradia e acesso a insumos básicos, como energia e água potável.

6. GREVES SINDICAIS CONTRA OS PLANOS DO GOVERNO

Dado os ocorridos do dia 03 de outubro de 2023, foi mostrado a todos o descontentamento do Sindicato dos trabalhadores de empresas que estão na mira dos novos projetos de privatização introduzidos pelo atual Governo do Estado de São Paulo. As greves foram realizadas pelo Metrô de São Paulo, CPTM e pela SABESP, unificando-se contra a iniciativa privada,

“Todos os dias a população de SP chega atrasada no serviço, sofre com insegurança de trem descarrilando, trem andando com porta aberta, quase 200 dias de velocidade reduzida. Hoje SP está parado para que isso pare de acontecer. Porque se privatizar todas as linhas de trem e Metrô, todos esses problemas que estão acontecendo nas linhas 8 e 9, vão acontecer em todas as outras linhas de trem e de Metrô”, afirma Camila Lisboa, presidente do sindicato dos Metroviários. (G1 SP e TV Globo - São Paulo, 2023)

Os problemas são palpáveis em linhas privatizadas, o que motivou a parada total das linhas estatais contra o que poderia ser a precarização desses serviços públicos. A própria ação de paralisar é suprimida a partir da privatização, considerando que nesse evento as linhas 4 – Amarela, 8 – Diamante e 9 – Esmeralda foram as únicas a não aderir à greve contrária a decisão governamental. Voltando-se à SABESP, a maior e possivelmente mais lucrativa empresa sob a mira dos planos de privatização, os motivos de sua paralização são similares aos da CPTM e Metrô de São Paulo,

“A reivindicação é cessar o processo de privatização da empresa. Não há pautas salariais ou algo do tipo, queremos que a Sabesp continue pública, gerando lucro para o estado e atendendo a população com água de qualidade e tarifas justas”, afirmou Anderson Guahy, diretor de comunicação do Sitaema, sindicato da categoria.” (G1 SP e TV Globo - São Paulo, 2023)

Apesar do caráter ilegal desta paralização, o direito de realizar greves está garantido na Lei 7.783/89, “*É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender. Parágrafo único. O direito de greve será exercido na forma estabelecida nesta Lei.*” (BRASIL, 1989). Há de se notar também a duração, efetividade e repercussão de ditas greves no setor público: de acordo com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) os funcionários públicos totalizaram 58% das mobilizações de greve no primeiro semestre de 2023,

correspondendo a 65% de 20 mil horas totais. Dois terços das mobilizações ocorridas no funcionalismo público (66%) foram paralizações com tempo determinado. O tipo de paralização realizado em 03 de outubro são caracterizados como greves de protesto, e de solidariedade (quando há ações em apoio a greves de trabalhadores de outra categoria). Em relação a resolução de conflitos, 41% das greves foram terminadas mediante envolvimento do poder Judiciário, como ocorreu nesta recentemente, julgada ilícita e todo dia subsequente uma multa de 500 mil reais seria aplicado caso continuassem a paralização. Pode-se perceber a porcentagem majoritária de ações de mobilização por parte do setor público, isso se deve a maior dificuldade de controlar sindicatos grevistas. O próprio costume de realizar mobilizações em busca de melhoras no setor seria reduzido mediante a privatização, devido a gestão direta característica deste modelo de empresa.

7. OPINIÃO PÚBLICA SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA SABESP

Nessa seção, exploraremos os resultados de uma pesquisa de campo conduzida por meio de um formulário criado através da plataforma Google Forms. O formulário esteve acessível entre 23 de outubro e 11 de novembro, contando com a participação de 111 pessoas. A coleta de dados foi realizada através de um questionário com questões de múltipla escolha estruturado, abordando diversas dimensões, desde a percepção sobre a qualidade dos serviços prestados até as preferências em termo de gestão da empresa. Essa pesquisa direta junto à população, usuária dos serviços prestados pela SABESP e seu próprios colaboradores, proporciona insights valiosos sobre as opiniões, preocupações e expectativas da comunidade em relação a esse tema crítico. Vamos explorar em detalhes os resultados obtidos, que desempenharão um papel fundamental na análise e discussão da viabilidade da privatização da Sabesp.

No que tange aos resultados, a análise dos dados revelou uma diversidade de perspectivas e opiniões coletadas durante a pesquisa. Em termos gerais, quando questionados sobre sua postura em relação a esse processo, uma variedade de respostas emergiu, fornecendo uma visão panorâmica das percepções das pessoas. Além disso, ao explorar os benefícios percebidos da privatização, 78,4% dos participantes se posicionaram totalmente contra a privatização da companhia, 13,5% é contra, mas fazendo algumas ressalvas sobre a privatização. Isso evidencia o descontentamento da população em relação aos projetos que propõem a desestatização da empresa. Em relação a benefícios que a privatização pode trazer para a companhia, 8,1% dos participantes dizem que a privatização trará melhorias na qualidade do serviço, a mesma porcentagem diz que haverá melhoria na eficiência da empresa, 9,9% afirmam que o acesso a serviços de saneamento será mais amplo. 23,4% acreditam que a

privatização atrairá novos investidores para a empresa. 31,5% afirmam que a privatização da companhia não trará nenhum benefício.

Ao abordar as preocupações relacionadas à privatização, como o possível aumento nas tarifas de água e esgoto, perda do controle estatal sobre os serviços de saneamento, potencial demissão de funcionários da empresa e os impactos ambientais negativos. Os participantes se posicionaram em relação as preocupações sobre a possibilidade de o projeto de privatização ser aprovado, 76,6% afirmam que a preocupação é o aumento nas tarifas, 57,7% acreditam que o controle da empresa seja perdido, 51,4% afirmaram que podem acontecer demissões dos funcionários e o mesmo percentual diz que uma das preocupações é o impacto ambiental negativo que pode ocorrer.

Além disso, a pesquisa abordou a percepção sobre a necessidade de melhorias no saneamento básico em São Paulo. Onde, 73,9% das respostas afirmam que são necessárias melhorias no saneamento, 8,1% não tinham certeza e 7,2% disseram que não são necessárias melhorias. 9,6% das respostas sugeriam que sim, o saneamento básico necessita de melhorias constantes, mas que a privatização não seria o melhor caminho para alcançar as melhorias necessárias. Em geral as respostas indicam uma conscientização geral sobre as deficiências do sistema atual e a necessidade de aprimoramentos.

Outros aspectos relevantes explorados são: maiores investimentos na empresa por parte do governo – com recursos financeiros que a própria empresa arrecada, em 2022 por exemplo, a empresa obteve um lucro de R\$3,12 bilhões, um resultado 35,4% superior aos R\$ 2,3 milhões registrados no ano anterior, investimento e educação ambiental, contratação de mais equipes para suprir as lacunas na prestação dos serviços. Além de uma melhor gestão de políticas públicas e a adesão a Parcerias Público Privadas, com a empresa sob controle estatal.

Com base nos resultados da pesquisa de campo sugere um amplo descontentamento da população em relação à privatização da SABESP, destacando preocupações significativas sobre possíveis aumentos nas tarifas, perda de controle estatal, demissões e impactos ambientais. A maioria dos participantes expressa a necessidade de melhorias no saneamento básico, mas muitos discordam que a privatização seja o caminho adequado. Há também sugestões para maior investimento estatal, educação ambiental e melhorias na gestão pública. Essa diversidade de perspectivas indica a complexidade do tema e a importância de considerar múltiplos fatores ao avaliar a viabilidade da privatização da SABESP.

8. OUTRAS POSSIBILIDADES DE GESTÃO

De acordo com o Atlas Esgotos da Agência Nacional de Águas (ANA) em 2013, 67,28% da população paulista era atendida com coleta e tratamento de esgoto adequado, enquanto 21,86% tinham coleta, mas não tratamento e 10,85% não tinham tratamento nem coleta. Em meio a debates sobre soluções à falta de universalização do saneamento básico em São Paulo, levantam-se alternativas a privatização total da SABESP, como uma Parceria Público-Privada (PPP) ou manter o controle estatal majoritário, mesmo sobre a problemática evidente.

Segundo a Lei nº 11.079/04, Art. 2º - Uma PPP é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa. Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987/95, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado. Concessão administrativa é o ato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

Uma Parceria Público-Privada é então um contrato pelo qual o parceiro privado assume o compromisso de disponibilizar à administração pública utilidade, seja por meio de uma operação ou manutenção de uma obra previamente estipulada. Em contrapartida há uma remuneração periódica paga pelo Estado e vinculada ao seu desempenho no período em que a utilidade está sendo realizada.

Piracicaba conseguiu universalizar seus serviços de coleta e tratamento de esgoto em 2014, dois anos após a PPP com a Mirante, empresa do grupo Aegea. É líder no índice de atendimento total de esgoto com 100% de atendimento.

Piracicaba é um município no interior de São Paulo, afastado da capital paulista. Apesar disto, prova sua importância econômica e cultural entre as outras regiões do Estado, constituindo-se como a sede de uma metrópole oficial (Região Metropolitana de Piracicaba) desde 2021, além de ter sido considerada a 4ª melhor cidade para se morar no Brasil de acordo com o Índice dos Desafios da Gestão Municipal (IDGM). O caso de Piracicaba está sobre nível municipal, enquanto uma ação de PPP com a SABESP estaria sobre nível estadual, porém o sucesso condecorável de um único município representa a possibilidade da alternativa viável à grande servidora de abastecimento de água e saneamento básico.

Sobre manter a economia mista, com uma porcentagem majoritária do Governo, em geral, pode-se considerar os serviços oferecidos pela SABESP como satisfatório. No estado a média de abastecimento de água é 96,6% e a média de acesso aos serviços de esgotamento sanitário é 92,18%, sendo ofertados à 12,3 milhões de pessoas. (SNIS - Sistema Nacional De Informações Sobre Saneamento, 2021). A questão problemática está em regiões rurais, que carecem do abastecimento e coleta formais realizado pela

empresa. A solução para tais casos seria seguir os planos de universalização já almeçados pela empresa por meio das contribuições até 2033. Deve-se notar, no entanto, investimentos realizados em zonas como em Poá, com a intenção de garantir a agilidade nas obras de saneamento básico na zona rural da cidade. Em tais planos, a desestatização da SABESP em função de angariar capital para esses projetos seria desnecessário dados os índices da amplitude de serviço e acordos com regiões menos favorecidas nesse âmbito de fornecimento. Em tais planos, a desestatização do governo em função de angariar capital para esses projetos seria desnecessário dados os índices da amplitude de serviço disponibilizado e acordos com regiões menos favorecidas nesse âmbito de fornecimento.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo a carga de importância da SABESP é evidente, uma empresa estatal crucial para gestão de água e saneamento em São Paulo com longa história acerca desse serviço prestado, quando formou-se inicialmente pôde trazer tratamento de esgoto a regiões menos abastados assim diminuindo a taxa de mortalidade infantil, e até então mantém-se em busca da universalização do que oferece ao estado. A decisão do Governo Estadual de considerar a privatização gerou intensos debates, evidenciando divergências na opinião pública, manifestações sindicais e argumentos a favor e contra essa mudança.

Em questões de dados estatísticos apresentados, há margem para a melhora do que é atualmente oferecido, porém isso não seria o estopim à necessidade de desestatizar. Uma estatal bem-sucedida atrai investidores interessados em seu capital aberto, assim como empresas em busca da posição da aclamada SABESP. Políticas neoliberais como esta levantam dúvidas sobre a motivação por trás da decisão, a mudança repentina de gestão e potencialmente uma renovação dos ideais para com a população, especialmente as mais carentes.

A pesquisa de campo, conduzida através de um formulário Google Forms, proporcionou uma visão aprofundada das opiniões da comunidade. Com a participação de 111 pessoas, que ou utilizam os serviços prestados pela SABESP, ou são prestadores de serviços dela, as respostas revelaram preocupações significativas, particularmente em relação ao possível aumento nas tarifas e à perda de controle estatal sobre os serviços de saneamento. A diversidade de perspectivas destacou a complexidade do assunto e a importância de considerar múltiplos fatores ao avaliar os impactos potenciais da privatização.

Além disso, analisamos exemplo internacionais, como o processo de privatização das Águas do Chile, destacando os desafios enfrentados por esse país após a privatização. Também observamos as greves sindicais, que refletem as preocupações dos trabalhadores sobre a possível precarização dos serviços.

Diante dessa análise, é fundamental explorar alternativas viáveis. Consideramos a possibilidade da criação de Parcerias Público-Privadas (PPP) como uma alternativa que já mostrou sucesso em casos como o de Piracicaba, alcançando a universalização dos serviços de esgoto. Manter a estatal sob controle majoritário do governo também é uma opção, especialmente consideram os índices satisfatórios de abastecimento de água e esgoto sanitário em muitas regiões.

Por fim, após as análises e estudos apresentados ao decorrer deste artigo, concluímos que o processo de privatização de uma estatal deveria levar em consideração aspectos que afetem a vida da população de forma positiva ou não, pois cabe ao Governo do Estado gerir pela correta operação e administração dos serviços de saneamento prestado por concessionárias no estado da melhor forma possível garantindo assim que a sua população seja abastecida com água e tratamento de esgoto. E contrariando posicionamentos que o Governo Estadual vem revelado ao longo dos meses e, visando uma alternativa que na prática seja a mais viável e benéfica à população sugerimos como maneira de universalizar a distribuição de água e coleta do esgoto, mantendo as tarifas a preços justos e sem fazer com que o Governo aposte em uma desestatização que coloque em risco aspectos ambientais, sociais e econômicos a adesão à Parcerias Público-Privadas. Que podem ser muito mais eficientes na universalização do saneamento, na proteção do meio ambiente e preservação de aspectos sociais e econômicos.

THE PRIVATIZATION OF PUBLIC COMPANIES: THE CASE OF SABESP

Social Implications and Consequences on the Population

Abstract: This study addresses the growing relevance of company privatization, with an emphasis on Sabesp in São Paulo, endorsed by the State Government. The research focuses on the intersection of privatization and administrative logistics, specifically in water treatment and distribution. Viability is grounded in a diversity of information to educate the population of São Paulo about the real impacts. By highlighting real cases of privatized services, it provides an in-depth perspective. The study aims to offer a comprehensive understanding of the socio-economic implications of privatization, clarifying ambiguities, and analyzing how privatization directly impacts the lives of those dependent on Sabesp's services.

Keywords: Privatization, SABESP, State Government of São Paulo, Water Distribution, Socioeconomic Impact, Public Opinion, Public Services.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 7.783, de 28 junho de 1989. É assegurado o direito de greve. Brasília, 28 de jun. [1989]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7783.HTM. Acesso em: 23 de out. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília, 30 de dez. [2004]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm. Acesso em: 23 de nov. 2023.

DA Redação. “PPPs e Concessões em saneamento básico: por uma política de Estado”, **Exame**, 2023. Disponível em: <https://exame.com/brasil/ppps-e-concessoes-em-saneamento-basico-por-uma-politica-de-estado/>. Acesso em: 23 de nov. 2023.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Balanco das greves do primeiro semestre de 2023**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2023/estPesq108Greves.html>. Acesso em: 23 de out. 2023.

EXAME. “PPPs aceleram universalização do saneamento básico no Brasil”, **Exame**, 2020. Disponível em: <https://exame.com/negocios/ppps-aceleram-universalizacao-do-saneamento-basico-no-brasil/>. Acesso em: 23 de nov. 2023.

PITTA, Iuri. “Sabesp é a grande privatização do Brasil hoje, lá fora só se quer saber disso”, diz Tarcísio”, **CNN Brasil**, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/sabesp-e-a-grande-privatizacao-do-brasil-hoje-la-fora-so-se-quer-saber-disso-diz-tarcisio/>. Acesso em: 16 de mai. 2023.

PREFEITURA de Poá. “Sabesp investe em saneamento na zona rural de Poá”, **Prefeitura de Poá**, 2023. Disponível em: <https://poa.sp.gov.br/sabesp-investe-em-saneamento-na-zona-rural-de-poa/>. Acesso em: 23 de nov. 2023.

“Sabesp registra lucro 35,4% maior em 2022 e investe R\$5,4 bilhões em serviços à população”. **SABESP**, 2023. Disponível em: <https://www.sabesp.com.br/site/imprensa/noticias-detalle.aspx?secaold=65&id=8827>. Acesso em: 27 de nov. 2023.

"SABESP: uma história de superação e avanços". **SABESP**, 2016. Disponível em: <https://site.sabesp.com.br/site/imprensa/noticias-detalle.aspx?secaold=65&id=7201#:~:text=Considerada%20a%20maior%20companhia%20de,%2C%20Fesb%2C%20Sanevale%20e%20Sanesp>. Acesso em: 31 de mai. 2023.

SANTOS, Marcelo. "O Metrô do Rio - A privatização que não deu certo". **Mobilize Brasil**, 25 de mar. 2014. Disponível em: <https://www.mobilize.org.br/noticias/6102/o-metro-do-rio--a-privatizacao-que-nao-deu-certo.html>. Acesso em: 14 de jun. 2023.

SP, g1. “Greve em SP: o que dizem os sindicatos e o governador”, **G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/10/03/greve-em-sp-o-que-dizem-os-sindicatos-e-o-governador.ghtml>. Acesso em: 03 de out. 2023.

SP, g1. “Sabesp vai ser ‘grande privatização do estado’, diz Tarcísio de Freitas”, **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/12/09/sabesp-vai-ser-grande-privatizacao-do-estado-diz-tarcisio-de-freitas.ghtml>. Acesso em: 29 de out. 2023.

SUDRÉ, Lu. “Entenda como se deu o processo de privatização das águas no Chile”, **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/03/entenda-como-se-deu-o-processo-de-privatizacao-das-aguas-no-chile>. Acesso em: 23 de nov. 2023.